DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS

Conforme Lei Municipal nº 3.027, de 18 de junho de 2018

www.martinopolis.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/martinopolis

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Atos Oficiais 2
Portarias 2
Atos Administrativos 4
Parecer 4
Licitações e Contratos 27
Homologação / Adjudicação 27
Extrato 44

Poder Legislativo 50
Comunicados 50

EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico de Martinópolis – SP – DOEM, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Martinópolis – SP – DOEM poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.martinopolis.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/martinopolis
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Martinópolis
CNPJ 44.855.443/0001-30
Avenida Coronel João Gomes Martins, 525
Telefone: (18) 3275-9500
Site: www.martinopolis.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/martinopolis

Câmara Municipal de Martinópolis
CNPJ 46.426.573/0001-82
Rua José Maria Sanches, 539, Centro
Telefone: (18) 3275-1412
Site: www.camaramartinopolis.sp.gov.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Martinópolis garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.martinopolis.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/martinopolis

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Portarias

P O R T A R I A
Nº 41.304, DE 31 DE JULHO DE 2026.

GABRIEL VALÕES SANTOS, Prefeito do Município de Martinópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que por Lei lhe são conferidas etc...

R E S O L V E

I- EXONERAR, a partir desta data, FABRÍCIO DE CARVALHO SOUSA, do cargo de "ESCRITURÁRIO I", a pedido, conforme requerimento protocolado sob o nº 1.109/2026.

II- O servidor acima mencionado foi nomeado através da Portaria nº 35.096/2022.

Prefeitura do Município de Martinópolis, 31 de julho de 2026.

GABRIEL VALÕES SANTOS
Prefeito

Registrada neste Departamento no livro competente, publicada por Edital no lugar público de costume, na data supra.

ADRIELLY DA SILVA PINHEIRO
Diretor do Departamento de Gestão Institucional e Expediente

.....

P O R T A R I A
Nº 41.305, DE 31 DE JULHO DE 2026.

GABRIEL VALÕES SANTOS, Prefeito do Município de Martinópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que por Lei lhe são conferidas etc...

R E S O L V E

CONCEDER, a partir de 18/08/2026 a 16/09/2026, DANILO SANTOS DO CARMO, lotado no cargo de "OPERÁRIO", 30 (trinta) dias da LICENÇA-PRÊMIO, do período aquisitivo de 03/09/2017 a 02/09/2022, nos termos do Artigo 92, da Lei Complementar nº 38, de 18/09/2003, conforme Certidão nº 190/2023 e requerimento protocolado sob o nº 1.107/2026.

Prefeitura do Município de Martinópolis, 31 de julho de 2026.

GABRIEL VALÕES SANTOS
Prefeito

Registrada neste Departamento no livro competente, publicada por Edital no lugar público de costume, na data supra.

ADRIELLY DA SILVA PINHEIRO
Diretor do Departamento de Gestão Institucional e Expediente

.....

P O R T A R I A
Nº 41.306, DE 31 DE JULHO DE 2026.

GABRIEL VALÕES SANTOS, Prefeito do Município de Martinópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que por Lei lhe são conferidas etc...

R E S O L V E

CONCEDER, a partir de 17/08/2026 a 30/09/2026, FÁTIMA REGINA CARRIEL NAGAI, lotada no cargo de "PEB I ENSINO FUNDAMENTAL", 45 (quarenta e cinco) dias da LICENÇA-PRÊMIO, do período aquisitivo de 03/05/2019 a 04/12/2025, nos termos do Artigo 92, da Lei Complementar nº 38, de 18/09/2003, conforme Certidão nº 280/2026 e requerimento protocolado sob o nº 1.101/2026.

Prefeitura do Município de Martinópolis, 31 de julho de 2026.

GABRIEL VALÕES SANTOS
Prefeito

Registrada neste Departamento no livro competente, publicada por Edital no lugar público de costume, na data supra.

ADRIELLY DA SILVA PINHEIRO
Diretor do Departamento de Gestão Institucional e Expediente

.....

P O R T A R I A
Nº 41.307, DE 31 DE JULHO DE 2026.

GABRIEL VALÕES SANTOS, Prefeito do Município de Martinópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que por Lei lhe são conferidas etc...

R E S O L V E

CONCEDER, a partir de 18/08/2026 a 16/09/2026, HELIO SANTANA, lotado no cargo de "MOTORISTA", 30 (trinta) dias da LICENÇA-PRÊMIO, do período aquisitivo de 16/10/2014 a 15/10/2019, nos termos do Artigo 92, da Lei Complementar nº 38, de 18/09/2003, conforme Certidão nº 184/2021 e requerimento protocolado sob o nº 1.108/2026.

Prefeitura do Município de Martinópolis, 31 de julho de 2026.

GABRIEL VALÕES SANTOS
Prefeito

Registrada neste Departamento no livro competente, publicada por Edital no lugar público de costume, na data supra.

ADRIELLY DA SILVA PINHEIRO
Diretor do Departamento de Gestão Institucional e Expediente

.....

P O R T A R I A
Nº 41.308, DE 31 DE JULHO DE 2026.

GABRIEL VALÕES SANTOS, Prefeito do Município de Martinópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que por Lei lhe são conferidas etc...

CONSIDERANDO, o Ofício nº 351/2026, procedente da Secretaria Municipal de Educação, que trata da evolução funcional de THIAGO HENRIQUE DE CARVALHO;

CONSIDERANDO, o estabelecido no Art. 32, da Lei Complementar Municipal nº 003, de 12/12/2001, que trata da evolução funcional via acadêmica, mediante enquadramento automático em níveis retribuitórios

superiores aquele em que a servidora estiver enquadrada;

R E S O L V E

ENQUADRAR, a partir de 03/08/2026, com fundamento nos dispositivos legais acima citados, THIAGO HENRIQUE DE CARVALHO RG 40.XXX.XXX-8, lotado no cargo de "PEB II EDUCAÇÃO FÍSICA", na Faixa "I" da Tabela II, Nível II, Quadro do Magistério – Classe de Docentes, constante no Anexo III, da Lei Complementar nº 003, de 12/12/2001, e respectivas alterações.

Prefeitura do Município de Martinópolis, 31 de julho de 2026.

GABRIEL VALÕES SANTOS

Prefeito

Registrada neste Departamento no livro competente, publicada por Edital no lugar público de costume, na data supra.

ADRIELLY DA SILVA PINHEIRO

Diretor do Departamento de Gestão Institucional e Expediente

.....

P O R T A R I A

Nº 41.309, DE 31 DE JULHO DE 2026.

GABRIEL VALÕES SANTOS, Prefeito do Município de Martinópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que por Lei lhe são conferidas etc...

R E S O L V E

CONCEDER, aos servidores municipais abaixo relacionados, as férias regulamentares que seguem mencionadas, a contar das seguintes datas:

NOME DO SERVIDOR	INICIO	TERMINO	PERÍODO AQUISITIVO
BRUNO DA SILVA MANRIQUE CANISARES (30d)	03/08/2026	01/09/2026	26/06/2023 a 25/06/2025
JHONATAN HENRIQUE CARDOSO DOS SANTOS (15d)	11/08/2026	25/08/2026	11/08/2024 a 10/08/2025
MONALISA MARCELINO BEATA (15d)	10/08/2026	24/08/2026	20/11/2023 a 19/11/2024
SIRLENE CARLOS DE SOUZA (20d)	11/08/2026	30/08/2026	13/04/2024 a 12/04/2025
RAFAELA NAUFAL ALELUIA (30d)	06/08/2026	04/09/2026	01/04/2025 a 31/03/2026
JULIANA FELÍCIO DA SILVA (10d)	17/08/2026	26/08/2026	21/02/2025 a 20/02/2026

Prefeitura do Município de Martinópolis, 31 de julho de 2026.

GABRIEL VALÕES SANTOS

Prefeito

Registrada neste Departamento no livro competente, publicada por Edital no lugar público de costume, na data supra.

ADRIELLY DA SILVA PINHEIRO

Diretor do Departamento de Gestão Institucional e Expediente

.....

MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS - SP

PREFEITURA MUNICIPAL - PROCURADORIA GERAL

PARECER REFERENCIAL DA PROCURADORIA GERAL

PROCEDÊNCIA: Procuradoria Geral do Município de Martinópolis/SP

ASSUNTO: Prescrição Decenal de Tarifas de Água e Esgoto (Preço Público)

VERSÃO E ANO: 01/2026 – alterado em 14/07/2026

EMENTA

PARECER JURÍDICO REFERENCIAL. DIREITO ADMINISTRATIVO E CIVIL. SANEAMENTO BÁSICO. DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS DE MARTINÓPOLIS (DAEM). CONTRAPRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. NATUREZA JURÍDICA DE TARIFA OU PREÇO PÚBLICO. REGIME NÃO TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO. INCIDÊNCIA DO ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL. PRAZO DECENAL. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DA FATURA. PADRONIZAÇÃO DE ENTENDIMENTO CONFORME PORTARIA MUNICIPAL Nº 39.946/2025.

I. Caso em exame: Trata-se de manifestação jurídica para fixação de entendimento uniforme acerca do prazo prescricional aplicável à cobrança de débitos decorrentes da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto pelo Município de Martinópolis, por meio do DAEM. A demanda fundamenta-se na necessidade de racionalização dos trabalhos administrativos e na existência de elevado volume de faturas inadimplidas com vencimento superior a dez anos, sem ajuizamento de execução fiscal ou atos interruptivos da prescrição.

II. Questão em discussão: A controvérsia reside em definir: a) a natureza jurídica da remuneração dos serviços de água e esgoto no âmbito municipal, diferenciando-a do crédito tributário; b) o prazo prescricional regente para a cobrança desses créditos; c) o marco inicial para a contagem do referido prazo; e d) a viabilidade do reconhecimento administrativo da prescrição originária para fins de baixa de débitos.

III. Fundamentação jurídicas: A remuneração pelos serviços de água e esgoto possui natureza jurídica de tarifa ou preço público, e não de taxa, conforme inteligência do Art. 4º da Lei Municipal nº 2124/1997 e consolidada orientação da Súmula 545 do STF. Afastada a natureza tributária, a pretensão de cobrança sujeita-se à regra geral das ações pessoais prevista no Art. 205 do Código Civil, que estabelece o prazo de 10 (dez) anos. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de recursos repetitivos (Temas 251 a 254), ratificou a aplicação do prazo decenal do Código Civil de 2002 para tais créditos. O termo inicial da prescrição é a data do vencimento da

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

obrigação líquida e certa, conforme o Art. 397 do Código Civil. Eventual interrupção da prescrição ocorre pelo reconhecimento da dívida pelo devedor, notadamente via parcelamento administrativo (Art. 202, VI, do CC).

IV. Conclusão e orientação: Conclui-se pela possibilidade de reconhecimento administrativo da prescrição originária de débitos tarifários vencidos há mais de dez anos, desde que inexistentes causas interruptivas. Fixam-se as seguintes teses referenciais: "1. A cobrança de tarifas de água e esgoto do DAEM prescreve em 10 (dez) anos, nos termos do Art. 205 do Código Civil vigente"; "2. O termo inicial do prazo prescricional é a data de vencimento de cada fatura inadimplida"; "3. Débitos que se enquadrem objetivamente nestes critérios, mediante ateste técnico, podem ser baixados administrativamente pelo órgão competente a critério da autoridade superior, após requerimento administrativo do contribuinte/responsável, dispensada nova consulta jurídica individualizada".

Referências: Brasil. Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), Arts. 202, 205 e 397. Martinópolis. Lei Municipal nº 2124/1997 e Portaria nº 39.946/2025. STF, Súmula 545. STJ, REsp nº 1.117.903/RS (Temas 251, 252, 253 e 254). STJ, AgInt no REsp nº 1.622.957/SP.

1. DA PADRONIZAÇÃO DO ENTENDIMENTO JURÍDICO

A atuação consultiva da Procuradoria Geral do Município deve ser exercida sob o prisma estritamente jurídico, conforme as atribuições conferidas pela legislação municipal e os princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Nesse contexto, não compete a este órgão jurídico ingressar no mérito administrativo, na conveniência ou na oportunidade das decisões tomadas pelas Secretarias ou pelo Departamento de Água e Esgotos de Martinópolis (DAEM), tampouco analisar aspectos de natureza puramente técnica ou orçamentária. O foco da presente manifestação reside na **legalidade** e na **segurança jurídica** aplicáveis ao reconhecimento da prescrição de débitos tarifários.

Acerca da padronização de entendimentos, a **Portaria Municipal nº 39.946/2025**, em seu art. 1º, admite expressamente a elaboração de **Parecer Jurídico Referencial** pela Procuradoria Geral quando houver processos administrativos que compartilhem os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos. A norma estabelece que, para situações em que seja possível fixar uma orientação jurídica uniforme, a observância desse entendimento dependerá apenas da

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

conferência de dados e documentos pela área técnica responsável, o que confere maior agilidade ao fluxo de trabalho administrativo.

O conceito de Parecer Jurídico Referencial, delimitado pelo §1º do citado dispositivo, abrange manifestações que analisam de forma exaustiva questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes. A principal consequência dessa modalidade de parecer é a **dispensa da obrigatoriedade de emissão de pareceres jurídicos individuais** para cada caso concreto que se amolde ao paradigma estabelecido. Tal medida representa um avanço significativo na racionalização dos trabalhos, evitando a repetição desnecessária de análises sobre temas já sedimentados, como o prazo prescricional aplicável às tarifas de água.

A premissa fundamental desta proposição é a **desburocratização e a simplificação** dos procedimentos internos. Ao estabelecer um entendimento único para situações enfrentadas repetidamente, a Administração Municipal reduz a sobrecarga de trabalho dos servidores e otimiza o tempo de tramitação dos processos. Essa racionalização não constitui um salvo-conduto para o descumprimento de formalidades essenciais, mas sim um instrumento de **eficiência** (Art. 37, caput, da Constituição Federal) que permite focar os recursos jurídicos em questões de maior complexidade ou singularidade.

2. DA NATUREZA JURÍDICA DA CONTRAPRESTAÇÃO (PREÇO PÚBLICO)

A definição do regime jurídico aplicável à cobrança e, consequentemente, ao prazo prescricional dos débitos de água e esgoto em Martinópolis perpassa, necessariamente, pela análise da natureza jurídica dessa contraprestação. Historicamente, o serviço era prestado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), o qual foi extinto para dar lugar à criação do **Departamento de Água e Esgotos de Martinópolis (DAEM)**, por meio da Lei Municipal nº 2124, de 19 de dezembro de 1997. Conforme o art. 2º da referida norma, o DAEM é um órgão da administração direta, integrado à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal.

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS - SP
PREFEITURA MUNICIPAL - PROCURADORIA GERAL

No tocante à remuneração dos serviços, o **art. 4º da Lei Municipal nº 2124/1997** é cristalino ao estabelecer que serão cobradas pelo DAEM **tarifas** de água e esgoto, compostas pelos custos de capital e operacionais. Essa distinção terminológica — a utilização do termo "tarifa" em detrimento de "taxa" — não é meramente semântica, mas carrega profundas implicações jurídicas. Enquanto as taxas possuem natureza tributária e derivam da compulsoriedade e do exercício do poder de polícia ou da utilização de serviços públicos específicos e divisíveis, as **tarifas (ou preços públicos)** possuem natureza não tributária, regendo-se predominantemente pelas normas de Direito Privado.

A diferenciação constitucional entre essas espécies é pacificada pela **Súmula 545 do Supremo Tribunal Federal**, que dispõe expressamente que os preços de serviços públicos e as taxas não se confundem. Segundo o enunciado sumular, as taxas são compulsórias, ao passo que os preços públicos (tarifas) decorrem da facultatividade da adesão ao serviço pelo usuário e não estão condicionados à prévia autorização orçamentária típica dos tributos.

> **SÚMULA 545:** Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu.

A jurisprudência da Suprema Corte reafirma que os valores cobrados pelo fornecimento de água e coleta de esgoto não consubstanciam tributo, mas sim **preço público**, independentemente de o serviço ser prestado diretamente pelo ente público, por autarquia ou por concessionária delegada.

O **Superior Tribunal de Justiça (STJ)**, ao julgar os **Temas Repetitivos 251 e 252 (REsp 1.117.903/RS)**, consolidou o entendimento de que a contraprestação por tais serviços detém **natureza jurídica tarifária**, o que afasta a incidência das regras previstas no Código Tributário Nacional (CTN). Como o serviço é considerado facultativo — uma vez que o usuário pode, em tese, optar por não

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

utilizar a rede pública, embora existam normas sanitárias de ligação obrigatória — a relação entre o DAEM e o munícipe é de natureza contratual e comercial, e não uma relação tributária de império estatal.

> EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITOS ORIUNDOS DO FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO. PRESCRIÇÃO REGIDA PELO CÓDIGO CIVIL, CONFORME O ENTENDIMENTO DESTA CORTE SUPERIOR. ACÓRDÃO PARADIGMA: RESP 1.117.903/RS, REL. MIN. LUIZ FUX, DJE 1.2.2010 (TEMAS 251, 252, 253 E 254). AGRAVO INTERNO DA MUNICIPALIDADE A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A Primeira Seção desta Corte Superior firmou a orientação de que, independentemente da condição autárquica do concessionário de serviço público, o prazo prescricional da execução fiscal em que se pretende a cobrança de tarifa por prestação de serviços de água e esgoto rege-se pelo disposto no Código Civil, sendo vintenário o prazo prescricional da pretensão executiva atinente à tarifa por prestação de serviços de água e esgoto, cujo vencimento, na data da entrada em vigor do Código Civil de 2002, era superior a dez anos. Ao revés, cuidar-se-á de prazo prescricional decenal. Acórdão paradigma: REsp. 1.117.903/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 1.2.2010 (Temas 251, 252, 253 e 254). 2. Agravo Interno da Municipalidade a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no REsp n. 1.622.957/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 4/5/2020, DJe de 8/5/2020.)

Essa natureza de Direito Privado autoriza a aplicação das regras de interrupção e renúncia da prescrição previstas no Código Civil. A adesão ao parcelamento administrativo de débitos constitui a principal causa de interferência no fluxo prescricional. Se o munícipe solicita o parcelamento enquanto o prazo decenal ainda está em curso, ocorre a **interrupção da prescrição** pelo reconhecimento inequívoco do direito pelo devedor, conforme o **Art. 202, inciso VI, do Código Civil**. Nesse cenário, o prazo de dez anos recomeça a fluir a partir do ato interruptivo.

> Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: [...] VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

Por outro lado, caso o pedido de parcelamento ocorra após o decurso integral dos dez anos, configura-se a **renúncia tácita à prescrição consumada**, nos termos do **Art. 191 do Código Civil**.

> Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

Diferentemente do crédito tributário, que se extingue de pleno direito e não admite renúncia pela Administração ou pelo contribuinte, o preço público — por sua natureza eminentemente administrativa e civil — admite que o ato de parcelamento convalide a dívida outrora prescrita, legitimando a retomada da cobrança pelo Município. Portanto, o Termo de Parcelamento e Confissão de Débito, ao demonstrar fato incompatível com a prescrição, renova a exigibilidade do crédito tarifário e inaugura novo prazo decenal para eventual cobrança de saldo remanescente.

> EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA ADMINISTRATIVA. PARCELAMENTO DO DÉBITO. RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DISSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Agravo em Recurso Especial interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73. II. Na forma da jurisprudência do STJ, na hipótese de questão de caráter eminentemente administrativo, há de se reconhecer a incidência do artigo 191 do Código Civil, de modo que o parcelamento da dívida já prescrita configura renúncia tácita à prescrição, legitimando a cobrança dos valores questionados. Assim, estando o acórdão recorrido em dissonância com o entendimento do STJ, merece ser mantido o decisum que conheceu do Agravo, para dar parcial provimento ao Recurso Especial, a fim de reconhecer que o parcelamento da dívida já prescrita configura renúncia tácita à prescrição, nos termos do artigo 191 do Código Civil. III. Agravo interno improvido. (AgInt nos EDcl nos EDcl nos EDcl no AREsp n. 937.776/AM, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 2/10/2023, DJe de 5/10/2023.)

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

Destarte, resta afastado o regime jurídico tributário para fins de prescrição. **Não se aplica à hipótese o prazo quinquenal previsto no art. 174 do CTN**, porquanto a dívida não decorre de um tributo. Por ser crédito de origem não tributária, a cobrança administrativa e judicial das tarifas de água e esgoto submete-se às regras de prescrição do Código Civil.

3. DO PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL E TERMO INICIAL

Definida a natureza jurídica de preço público da contraprestação pelos serviços de água e esgoto, a disciplina da prescrição deve observar rigorosamente as normas de Direito Civil, afastando-se qualquer analogia com o prazo quinquenal tributário. Sob a égide do **Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406/2002)**, a regra geral para as pretensões de cobrança de dívidas de natureza pessoal, quando a lei não houver fixado prazo menor, é a **prescrição decenal**, conforme estabelece o seu **Art. 205**.

> Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

Essa aplicação é impositiva para o Município de Martinópolis e para o Departamento de Água e Esgotos (DAEM), uma vez que não existe disposição legal específica que estipule prazo inferior para a cobrança de tarifas de saneamento básico.

A consolidação definitiva deste entendimento ocorreu no julgamento do **Recurso Especial Representativo de Controvérsia nº 1.117.903/RS (Temas Repetitivos 251, 252, 253 e 254)** pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Naquela oportunidade, a Corte Superior fixou a tese de que a contraprestação cobrada por concessionária ou pelo próprio ente público a título de fornecimento de água e esgoto detém natureza jurídica de tarifa ou preço público, sujeitando-se, portanto, ao

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

prazo prescricional estabelecido no Código Civil. O acórdão paradigma é claro ao sinalizar que a prescrição é **decenal** para os débitos regidos pelo diploma civil vigente (Art. 205 do CC/2002) e era vintenária sob o Código Civil de 1916.

No tocante ao **termo inicial (termo *a quo*)** para a contagem do prazo de 10 anos, deve-se considerar a **data do vencimento de cada fatura** ou conta individual não quitada.

Trata-se de uma obrigação positiva e líquida, com termo certo, o que atrai a aplicação da regra da *mora ex re* prevista no **Art. 397 do Código Civil**. Assim, o inadimplemento no dia do vencimento constitui o devedor em mora de pleno direito, marcando o exato momento em que nasce para a Administração Pública o direito de pretensão à cobrança e, consequentemente, o início da fluência do prazo prescricional.

> Art. 397. O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor.

Quanto à possibilidade de renovação do prazo prescricional, é necessário distinguir duas situações fundamentais baseadas no momento em que ocorre o ato de reconhecimento do débito pelo munícipe. Se o reconhecimento da dívida — materializado pela adesão ao parcelamento administrativo — ocorrer enquanto o prazo decenal ainda estiver em curso, opera-se a **interrupção da prescrição**, nos termos do **Art. 202, inciso VI, do Código Civil**. Nesse caso, a contagem do tempo é zerada e um novo período de dez anos começa a fluir integralmente da data do ato interruptivo.

Todavia, mesmo em situações em que o prazo de dez anos já se tenha exaurido integralmente, a jurisprudência e a legislação civil admitem o renascimento da exigibilidade do crédito. A adesão a um parcelamento após a consumação do prazo prescricional configura a **renúncia tácita à prescrição**, conforme autoriza o **Art. 191 do Código Civil**, o qual estabelece que a renúncia só valerá após a

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

prescrição se consumar e quando se presuma de fatos do interessado incompatíveis com a prescrição. O Superior Tribunal de Justiça entende que, em se tratando de questões de caráter eminentemente administrativo e não tributário, o parcelamento da dívida já prescrita legitima a retomada da cobrança dos valores, pois o devedor, ao confessar o débito e solicitar o pagamento parcelado, pratica ato incompatível com a inércia que fundamenta a prescrição. Portanto, o pedido de parcelamento posterior ao decurso dos dez anos renova a pretensão de cobrança, inaugurando novo prazo decenal.

Para os débitos mais antigos, cujos fatos geradores ocorreram antes da entrada em vigor do atual Código Civil (11 de janeiro de 2003), deve-se observar a regra de transição contida no **Art. 2.028 do CC/2002**. Segundo esse dispositivo, aplicam-se os prazos da lei anterior quando reduzidos pelo novo Código e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada.

4. DAS CAUSAS DE SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO

A fluência do prazo prescricional decenal para a cobrança das tarifas de água e esgoto não é absoluta e pode sofrer interferências de fatos jurídicos que reiniciam ou paralisam a contagem do tempo. No âmbito do Direito Civil, a **interrupção da prescrição** ocorre quando há um ato que demonstra a ciência ou o reconhecimento inequívoco do direito pelo devedor, fazendo com que o prazo de dez anos recomece a correr integralmente a partir da data desse evento. O fundamento legal para essa dinâmica reside no **Art. 202 do Código Civil**, que prevê a interrupção por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

A principal causa de interferência na contagem do prazo observada na rotina administrativa é a adesão ao **parcelamento administrativo**. Quando o munícipe solicita o parcelamento enquanto o prazo decenal ainda está em curso, opera-se a interrupção da prescrição pelo reconhecimento do débito, conforme o

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

citado Art. 202, inciso VI, do Código Civil. Todavia, mesmo nos casos em que a pretensão de cobrança já se encontrava fulminada pelo decurso de mais de dez anos, o ato de parcelar a dívida gera efeitos jurídicos significativos. Nessa hipótese, a celebração do **Termo de Parcelamento e Confissão de Débito**, nos moldes do Art. 180, §5º do Código Tributário Municipal, configura a **renúncia tácita à prescrição consumada**, fundamentada no **Art. 191 do Código Civil**.

Diferentemente do que ocorre no Direito Tributário, onde a prescrição extingue o próprio crédito e não admite renúncia, a jurisprudencia consolidou o entendimento de que, em relações de caráter administrativo e civil — como é o caso das tarifas de água e esgoto —, o parcelamento da dívida já prescrita é válido e deve ser interpretado como renúncia.

> EMENTA: DECLARATÓRIA. PRESCRIÇÃO. COBRANÇA. ÁGUA E ESGOTO. INOCORRÊNCIA. 1. Os débitos decorrentes dos serviços de fornecimento de água e esgoto não possuem natureza jurídica tributária; 2. É decenal o prazo prescricional para cobrança dos serviços de água e esgoto, conforme art. 205 do Código Civil; 3. É possível a renúncia à prescrição após sua consumação, nos termos do art. 191 do Código Civil; 4. O autor renunciou a prescrição dos débitos atingidos pelo prazo prescricional na celebração de confissão de dívida; 5. A cobrança dos débitos impugnados é possível ante a validade do instrumento celebrado entre as partes; 6. Sentença de procedência reformada. Recurso provido. (TJSP; Recurso Inominado Cível 1010030-15.2023.8.26.0344; Relator (a): Fábio Fresca - Colégio Recursal; Órgão Julgador: 4ª Turma Recursal de Fazenda Pública; Foro de Marília - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 12/07/2024; Data de Registro: 12/07/2024)

O devedor, ao confessar o débito e pactuar o pagamento, pratica ato incompatível com a prescrição, o que restaura a exigibilidade do crédito e inaugura a fluência de um novo prazo decenal a partir da assinatura do acordo. Assim, débitos antigos que foram objeto de parcelamento posterior não são abrangidos pela baixa administrativa de que trata este parecer, mantendo-se a legitimidade da manutenção pela Fazenda Pública Municipal.

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

Além disso, outra causa de interrupção, agora processual, que deve ser considerada para a análise, é o próprio ajuizamento das execuções fiscais para cobrança da tarifa de água e esgoto.

Embora o prazo prescricional aplicável seja o do Código Civil, o rito processual utilizado para a cobrança é o da Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830/1980 - LEF), por se tratar de dívida ativa não tributária. Assim, o marco interruptivo da prescrição segue a regra específica do artigo 8º, § 2º, da LEF, o qual estabelece que o despacho do juiz que ordenar a citação interrompe a prescrição.

Nesse sentido, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:

> AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA ADMINISTRATIVA. PRESCRIÇÃO. ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 20.910/32. APLICABILIDADE. QUESTÃO SUBMETIDA AO REGIME DO ARTIGO 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E DA RESOLUÇÃO Nº 8/2008 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (RECURSOS REPETITIVOS). PRESCRIÇÃO. MARCO INTERRUPTIVO. DESPACHO CITATÓRIO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do Recurso Especial nº 1.105.442/RJ, da minha Relatoria, submetido ao regime dos recursos repetitivos (artigo 543-C do Código de Processo Civil, incluído pela Lei nº 11.672/2008), preservou o entendimento já pacificado nesta Corte de que é de cinco anos o prazo prescricional para o ajuizamento da execução fiscal de cobrança de multa de natureza administrativa, contado do momento em que se torna exigível o crédito (artigo 1º do Decreto nº 20.910/32). 2. "**Na execução fiscal de créditos não tributários, multa ambiental, o marco interruptivo da prescrição é o despacho que ordena a citação, nos termos do artigo 8º, § 2º, da LEF**. Precedentes, entre eles o AgRg no AgRg no REsp 981.480/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/03/2009." (REsp nº 1.148.455/SP, Relator Ministro Castro Meira, in DJe 23/10/2009). 3. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag n. 1.180.627/SP, relator Ministro Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, julgado em 20/4/2010, DJe de 7/5/2010.) (destacou-se)
>
> PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. CRÉDITO NÃO-TRIBUTÁRIO. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. DESPACHO QUE ORDENA A CITAÇÃO. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7 DO STJ. 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 2. É inadmissível Recurso Especial quanto a questão inapreciada pelo Tribunal de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios. Incidência da Súmula 211/STJ. 3. **Nas execuções fiscais de créditos não tributários, o despacho que ordena a citação interrompe o fluxo do prazo prescricional. Prevalência da regra específica do art. 8º, § 2º, da LEF sobre o art. 219 do CPC**. 4. **Hipótese em que o Tribunal de origem concluiu, com base na prova dos autos, que houve despacho ordenando a citação**. A revisão desse entendimento implica reexame de fatos e provas, obstado pelo teor da Súmula 7/STJ. 5. Agravo Regimental não provido. (AgRg no Ag n. 1.239.210/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 2/3/2010, DJe de 16/3/2010.) (destacou-se)

EXECUÇÃO FISCAL – Tarifa de Água e Esgoto – Sentença que extinguiu a cobrança com fundamento na prescrição intercorrente – Descabimento – Inaplicabilidade de dispositivos do CTN, pois não se trata der exação tributária – Prazo prescricional decenal, nos termos do CC/2002 – Necessidade de observância do art. 40 da Lei nº 6.830/80 e do art. 921 do CPC, onde cabível – Prescrição interrompida quando do despacho citatório – Absoluta ausência de impulso oficial após a aventada expedição da carta de citação, conjurando o reconhecimento da prescrição com fulcro no art. 40 da Lei nº 6.830/80, notadamente em razão da ausência de despacho e arquivamento nesse sentido, como exige a lei – Precedente vinculante do REsp Repetitivo nº 1.120.295/SP – Ausência de inércia da Fazenda Pública, eis que a demora é imputável ao Judiciário, nos termos da Súmula nº 106 do STJ – Sentença afastada – Recurso provido. (TJSP; Apelação Cível 0062850-64.2004.8.26.0224; Relator (a): Mônica Serrano; Órgão Julgador: 14ª Câmara de Direito Público; Foro de Guarulhos - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE GUARULHOS; Data do Julgamento: 13/01/2023; Data de Registro: 13/01/2023)

Cabe, também, destacar que a interrupção por tais meios só pode ocorrer uma única vez.

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

Diante do exposto, os servidores responsáveis pela análise dos pedidos de baixa devem proceder à verificação exaustiva nos sistemas integrados, observando:

a) a existência de **acordos de parcelamento** (ativos ou rompidos) firmados em qualquer data, os quais renovam o prazo prescricional, além de suspendê-los durante seu adimplemento;

b) a existência de **execuções fiscais ou ações ordinárias ajuizadas**;

c) se nas **execuções fiscais**[1] ocorreu o **despacho judicial que ordena a citação (despacho citatório)**, o qual representa, nos termos do art. 8°, §2° da Lei de Execuções Fiscais (Lei n° 6.830/1980) causa de interrupção da prescrição;

d) se em alguma das ações ajuizadas (execuções fiscais ou ações ordinárias) ainda não ocorreu extinção judicial, isto é, se permanecem ativas, caso em que a análise de prescrição competirá ao Poder Judiciário;

Somente após a certificação negativa desses atos, e constatado o transcurso de mais de dez anos desde o vencimento original da fatura, será recomendável o reconhecimento da prescrição administrativa com base nas diretrizes deste parecer referencial.

5. DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA BAIXA DE DÉBITOS

A operacionalização do reconhecimento da prescrição no âmbito do Município de Martinópolis e do Departamento de Água e Esgotos (DAEM) deve observar o rigoroso **dever de motivação dos atos administrativos**. Conforme estabelece o **Art. 50 da Lei nº 9.784/1999**, que baliza os princípios gerais do processo administrativo, os atos que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses, bem como aqueles que importem a extinção de obrigações, devem ser explicitamente fundamentados com a indicação clara dos fatos e dos fundamentos

[1] Tenha a execução fiscal sido extinta ou permanecendo ativa, é importante consignar que o despacho citatório operará os mesmos efeitos sobre o prazo prescricional, qual seja, a interrupção da prescrição.

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

jurídicos correspondentes. No caso da baixa de débitos tarifários, a motivação consiste na demonstração objetiva de que a pretensão de cobrança foi fulminada pelo decurso do prazo decenal sem a ocorrência de causas interruptivas.

Para viabilizar a celeridade pretendida pela Administração, o fluxo de trabalho será pautado pela **certificação técnica**. Segundo o **Art. 1º, § 2º da Portaria nº 39.946/2025**, a juntada de cópia deste Parecer Jurídico Referencial no processo ou expediente administrativo dispensa a análise individualizada pela Procuradoria Geral do Município, desde que a área técnica competente ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda integralmente aos termos e requisitos aqui fixados.

A análise documental a ser realizada pelo servidor responsável deve seguir critérios estritamente objetivos, consistindo na conferência da data de vencimento da fatura e na verificação histórica de atos que possam ter impactado o prazo. É imperativo destacar que o reconhecimento da dívida produz efeitos jurídicos significativos, independentemente de ter ocorrido antes ou depois do decurso do prazo de dez anos.

A principal causa interruptiva ou de renúncia observada na rotina administrativa é a adesão ao **parcelamento administrativo de débitos**. Ao solicitar o parcelamento, o munícipe assina o **Termo de Parcelamento e Confissão de Débito**, procedimento formal previsto no **Art. 180, do Código Tributário Municipal**. Caso esse ato ocorra enquanto o prazo decenal ainda está em curso, opera-se a **interrupção da prescrição** pelo reconhecimento do direito pelo devedor, conforme o **Art. 202, inciso VI, do Código Civil**.

Todavia, mesmo que a fatura tenha vencido há mais de dez anos, a assinatura de um acordo de parcelamento em data posterior impossibilita a baixa do débito. Isso ocorre porque, em se tratando de preço público — contraprestação de natureza não tributária —, admite-se a **renúncia tácita à prescrição consumada**, nos termos do **Art. 191 do Código Civil**. O devedor, ao confessar a dívida e pactuar o pagamento parcelado, pratica ato incompatível com a prescrição, o que restaura a

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

exigibilidade do crédito e inaugura novo prazo decenal para eventual cobrança. Esse entendimento é consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, que reconhece a validade da renúncia à prescrição em relações jurídicas administrativas regidas pelo Direito Civil quando há parcelamento posterior ao prazo extintivo.

Portanto, o servidor deve consultar os registros históricos do imóvel (em que vinculado o hidrômetro) e do cadastro devedor, da unidade consumidora, ou cadastro equivalente, para garantir a inexistência de acordos e confissões que possam configurar causa de interrupção da prescrição.

É imperativo ressaltar a responsabilidade funcional do servidor que proceder à conferência dos dados. A exatidão das informações constantes no ateste técnico é de sua inteira responsabilidade. Caso o servidor identifique que o débito possui menos de dez anos de vencimento ou que houve interrupção ou renúncia da prescrição por parcelamento, o pedido de baixa administrativa não deve ser deferido. Nessas hipóteses, conforme recomendação da Procuradoria Geral, o pedido de prescrição não deverá ser apreciado administrativamente, devendo o órgão manifestar-se ao interessado informando que, por não se enquadrar nos critérios objetivos deste parecer, a pretensão deverá ser postulada judicialmente.

Por fim, a adoção deste procedimento preserva a autonomia dos órgãos para consultar a Procuradoria Geral em situações de dúvida complexa ou atípica. Contudo, para a massa de débitos meramente inertes e sem atos de reconhecimento, o cumprimento das etapas descritas acima é suficiente para fundamentar, sob o aspecto jurídico-legal, a baixa administrativa, garantindo eficiência e celeridade no saneamento do passivo financeiro municipal.

6. CONCLUSÃO E ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

Diante da análise jurídica exaustiva fundamentada na legislação civil e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, este órgão consultivo conclui que a pretensão de cobrança de débitos referentes às tarifas de água e esgoto no Município de Martinópolis sujeita-se ao **prazo prescricional decenal**, previsto no

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

Art. 205 do Código Civil. Tal conclusão decorre do reconhecimento definitivo da natureza de **preço público (não tributária)** dessa contraprestação, o que afasta a aplicação do prazo quinquenal do Código Tributário Nacional e impõe o regime jurídico de Direito Privado.

Portanto, opera-se, em tese, a **prescrição originária** de todos os créditos tarifários cujo vencimento da fatura original tenha ocorrido há mais de 10 (dez) anos, contados retroativamente da data da análise (leia-se: do requerimento), desde que não se verifique nos registros municipais a existência de atos que tenham afetado a fluência do prazo.

É fundamental ressaltar que a adesão ao **parcelamento administrativo** constitui causa de restauração da exigibilidade do crédito, seja pela **interrupção** (Art. 202, inciso VI, do Código Civil), quando o prazo ainda está em curso, ou pela **renúncia tácita à prescrição consumada** (Art. 191 do Código Civil), quando o acordo é firmado após os dez anos, o que legitima a cobrança dos valores e inaugura novo prazo decenal.

Também se ressalta que o **despacho judicial que ordena a citação (despacho citatório)** nas **execuções fiscais** também representa, nos termos do art. 8°, §2° da Lei de Execuções Fiscais (Lei n° 6.830/1980) **causa de interrupção da prescrição**.

Desse modo, caberá a análise se fundamentar em duas importantes causas de interrupção do prazo prescricional: (1) o **parcelamento administrativo**, e o (2) **despacho judicial que ordena a citação na execução fiscal**. Deve-se reforçar que quanto ao parcelamento administrativo deve-se analisar a data da sua formalização, bem como a data prevista para seu vencimento, tomando esta como data de retomada da contagem do prazo prescricional.

Quanto ao ajuizamento da execução fiscal e o respectivo despacho citatório, para fins de interrupção da prescrição não importará se a citação realmente se efetivou, nem se a execução fiscal está ou não ativa, isto é, a prescrição terá sido

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

interrompida ainda que posteriormente tenha sido extinta por motivos que impliquem o cancelamento do crédito fiscal (por exemplo, em razão da Resolução n° 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça, a qual visava desafogar o judiciário, mas sem analisar o mérito da ação, tampouco a higidez do crédito fiscal).

Ainda, quando no corpo deste parecer se menciona existência de ações ordinárias, trata-se de qualquer ação na qual o contribuinte questione a validade do crédito fiscal da tarifa da água e esgoto e, consequentemente, pleiteando seu cancelamento (por exemplo, pelo fundamento da prescrição), de modo que a verificação da existência de ações desta natureza tem o condão de tão somente afastar a análise da prescrição pela via administrativa (isto é, pela Administração Pública do Município de Martinópolis), uma vez que já será submetida à análise pelo Poder Judiciário.

Por fim, embora se trate de conclusão que se obtem de simples análise do teor do parecer, importante reforçar que todas informações e documentações destinadas às instruções dos autos deverão se referir tão somente aos débitos e exercícios que são objeto do requerimento de prescrição.

Ocorrendo o decurso de prazo superior a dez anos sem a verificação de causas de suspensão ou interrupção, há, em tese, a configuração da prescrição. No entanto, tal fato não impede a retomada do prazo na hipótese de renúncia por parte do devedor. Isso sinaliza que a manutenção de créditos de tarifa de água e esgoto prescritos nos sistemas de arrecadação pode, em tese, não configurar qualquer irregularidade ou renúncia por parte do Município, uma vez que tais débitos podem ser pagos voluntariamente ou parcelados mesmo após a configuração da prescrição. Não obstante, cumpressaltar que, o que a legislação veda é a cobrança por parte do ente público, mas reconhece o recebimento espontâneo como válido, diferentemente dos créditos tributários cujo pagamento de crédito prescrito implica em direito do contribuinte/responsável tributário em ser ressarcido em ação de repetição de indébito.

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS - SP
PREFEITURA MUNICIPAL - PROCURADORIA GERAL

Destarte, fica a critério da Administração Pública Municipal, após requerimento formal do contribuinte/responsável, promover ou não a baixa dos créditos respectivos, sopesando a eficiência administrativa e a probabilidade de recebimento espontâneo. Ressalte-se que o presente parecer possui caráter meramente de orientação quanto às posturas que podem ser tomadas pelo Chefe do Poder Executivo, enquanto autoridade máxima, a quem compete a decisão final sobre a conveniência de saneamento dos cadastros inadimplentes com lapso prescricional decorrido.

Em estrito cumprimento à **Portaria Municipal nº 39.946/2025**, este Parecer Jurídico Referencial deve ser encaminhado para conhecimento imediato de todos os Secretários Municipais, principalmente ao Setor referente à Câmara de Conciliação de débitos Fiscais e à direção do DAEM.

Eventuais pedidos que não preencham cumulativamente os requisitos deste parecer não deverão ser apreciados administrativamente, devendo o interessado ser informado de que sua pretensão deverá ser postulada judicialmente.

Por fim, em observância ao regramento municipal, este entendimento referencial poderá ser objeto de **revisão bienal**, ou antes deste prazo caso ocorra inovação legislativa ou jurisprudencial.

S.M.J., é o parecer.

Martinópolis/SP, 28 de julho de 2026.

ÁLVARO SAMPAIO DIAS NETO
Procurador da Fazenda Municipal

MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Procurador da Fazenda Municipal

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS - SP
PREFEITURA MUNICIPAL - PROCURADORIA GERAL

LISTA DE VERIFICAÇÃO[2]

1. IDENTIFICAÇÃO DO DÉBITO E DO CONTRIBUINTE

Para cada processo ou expediente administrativo individualizado, a unidade técnica deverá informar os seguintes dados básicos para controle e rastreabilidade:

a) número do processo administrativo ou identificação do protocolo;

b) nome e qualificação completa do sujeito passivo contribuinte da tarifa da água e esgoto o qual realizou o requerimento administrativo;

c) número da inscrição, código ou unidade consumidora e cadastro do contribuinte;

d) endereço completo do imóvel em que cadastrada a unidade consumidora ou cadastro equivalente no qual conste o débito;

e) listagem detalhada das faturas inadimplentes (mês/ano de referência e valor nominal).

2. VERIFICAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL (ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL)

O servidor técnico responsável deve analisar a data de vencimento de cada fatura individualmente, considerando que a prescrição é decenal e conta-se do vencimento da obrigação líquida e certa:

a) a data do vencimento da fatura original é superior a 10 (dez) anos contados da data da presente análise? (Sim/Não);

b) indicar a data exata do vencimento da fatura mais recente entre as consideradas prescritas;

[2] Tem caráter de instrução, não exaustivo, para o servidor responsável averiguar o preenchimento dos requisitos, permitindo a adoção de outras diligencias. Recomenda-se que sua utilização possa se dar com respostas sequenciais a serem constadas no processo administrativo sob exame, ou tão somente na declaração da autoridade de que ocorreu (ou não) o atendimento da lista de verificação contida no parecer referencial (o qual constará nos autos).

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

c) confirmar se o débito se refere exclusivamente a tarifas de água e esgoto (preço público), excluindo-se demais créditos de natureza diversa (p. ex: tributária) que não sigam o regime do Código Civil e que não sejam objeto deste parecer.

3. PESQUISA DE CAUSAS INTERRUPTIVAS E RENÚNCIA ADMINISTRATIVA (HISTÓRICO DO DÉBITO)

Conforme o Parecer Referencial, a interrupção ou renúncia da prescrição impede a baixa administrativa. Deve-se certificar:

a) existência de Termo de Parcelamento e Confissão de Débito firmado pelo munícipe em qualquer período;

b) se houve parcelamento, informar se o acordo foi firmado antes do decurso de 10 anos (interrupção - Art. 202, VI, CC) ou após o decurso (renúncia - Art. 191, CC);

4. VERIFICAÇÃO DE JUDICIALIZAÇÃO

A baixa administrativa é restrita a débitos em fase de cobrança administrativa. Se em alguma das ações ajuizadas (execuções fiscais ou ações ordinárias) ainda não ocorreu extinção judicial, isto é, se permanecem ativas, a análise de prescrição competirá ao Poder Judiciário. Em razão disso, o departamento técnico deve informar:

a) se existe ou existiu **Execução Fiscal** ajuizada para a cobrança dos referidos débitos ou **Ação Ordinária** em que há questionamento do crédito fiscal decorrente da tarifa de água e esgoto;

b) em caso positivo, indicar o número do processo judicial;

c) certificar se especificamente no processo de **execução fiscal** ocorreu o **despacho judicial que ordena a citação**, o qual configura causa interruptiva do prazo prescricional;

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

d) indicar a data exata da publicação do despacho judicial que ordena a citação no processo de execução fiscal movido pela Fazenda Pública Municipal;

e) certificar se houve citação válida em algum processo judicial (execução fiscal ou ação ordinária) que **ainda esteja ativo, isto é, que não foi extinto**, fato que submete a análise da prescrição exclusivamente ao Poder Judiciário.

5. CONFORMIDADE COM O PARECER REFERENCIAL E ATESTE TÉCNICO

Para fins de aplicação da Portaria Municipal nº 39.946/2025, o servidor deve proceder ao enquadramento final:

a) o caso concreto amolda-se integralmente aos pressupostos fáticos e jurídicos do respectivo Parecer Referencial da Procuradoria Geral do Município;

b) declaração do servidor de que procedeu à verificação nos sistemas integrados e não encontrou causas interruptivas ou suspensivas da dívida objeto de requerimento;

6. ENCAMINHAMENTO À AUTORIDADE SUPERIOR

Após o preenchimento dos itens anteriores, o expediente deverá conter:

a) cópia integral do Parecer Referencial da Procuradoria Geral, a ser anexada aos autos;

b) data e assinatura do servidor responsável pela conferência técnica;

c) ratificação da autoridade superior em que submetido o setor de mediação e conciliação com relação ao levantamento realizado pela autoridade técnica competente;

d) envio ao Chefe do Poder Executivo para decisão final quanto à conveniência e oportunidade do cancelamento e baixa do crédito fiscal conforme requerimento do contribuinte, desde que atendidos os requisitos.

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS - SP
PREFEITURA MUNICIPAL - PROCURADORIA GERAL

e) envio para o Departamento de Água e Esgoto para, na figura da autoridade superior do departamento, baixa administrativa do referido crédito fiscal dos cadastros municipais da tarifa de água e esgoto.

Assinado por 2 pessoas: ALVARO SAMPAIO DIAS NETO e MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B e informe o código F326-E9E9-CC7A-E21B

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: F326-E9E9-CC7A-E21B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ALVARO SAMPAIO DIAS NETO (CPF 415.XXX.XXX-89) em 28/07/2026 15:47:38 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

MURILO DELANHESI DE OLIVEIRA (CPF 391.XXX.XXX-47) em 31/07/2026 13:41:43 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/F326-E9E9-CC7A-E21B

MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS – SP
PREFEITURA MUNICIPAL – GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 078/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 038/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS MANUAIS E ELÉTRICAS DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO MUNICIPAL.

GABRIEL VALÕES SANTOS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, após constatada a regularidade dos atos do processo em epígrafe e em cumprimento ao disposto no inciso IV, do artigo 71, da Lei Federal nº 14.133/2021.

R E S O L V E:

1- ADJUDICAR o(s) item(ns) que constam no relatório de habilitação, em anexo, conforme Ata da Sessão Pública realizada em 31 de julho de 2026; e,

2- HOMOLOGAR o **Processo Administrativo nº 078/2026**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 038/2026**, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de ferramentas manuais e elétricas destinadas à manutenção das Estações de tratamento de Água e Esgoto e Redes de distribuição de Água do departamento de Água e Esgoto municipal.

Proceda-se a publicação deste ato no Diário Oficial Eletrônico do Município, externando-se ao público.

Notifique-se a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinatura da(s) Ata(s) de Registro de Preços no prazo indicado no Instrumento Convocatório.

Providencie-se.

Martinópolis/SP, 31 de julho de 2026.

GABRIEL VALÕES SANTOS
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

Compras BR
Portal de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS - SP

VENCEDORES DA FASE DE DISPUTA

Pregão Eletrônico: **078/2026**
TIPO: **MP**
Pregoeiro **Greice Almeida Lima**

OBJETO **Contratação de empresa especializada para fornecimento de ferramentas**

TOTAL DO PROCESSO: **119.982,54**

FORNECEDOR **BRASFERMA LTDA** CNPJ/CPF: **00503644000100** TOTAL: **1.395,00**

74
Itens do lote: **1** Valor Inicial: **2.000,00** Valor final: **1.395,00** Valor reajustado: **1.395,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **Deffer** Modelo: **SO593CC**
SOPRADOR A GASOLINA 3HP
Quantidade: **1,00** Valor unitário: 1.395,00 Valor total item: 1.395,00

FORNECEDOR **CHUTEIRA SUCATAS LTDA** CNPJ/CPF: **65787914000190** TOTAL: **57.498,54**

1
Itens do lote: **1** Valor Inicial: **42,31** Valor final: **42,31** Valor reajustado: **211,55**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:
ALICATE UNIVERSAL 8" COM CABO ISOLADO
Quantidade: **5,00** Valor unitário: 42,31 Valor total item: 211,55

2
Itens do lote: **1** Valor Inicial: **27,18** Valor final: **27,18** Valor reajustado: **135,90**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:
ALICATE DE CORTE 6" COM CABO ISOLADO
Quantidade: **5,00** Valor unitário: 27,18 Valor total item: 135,90

3
Itens do lote: **1** Valor Inicial: **32,83** Valor final: **32,83** Valor reajustado: **164,15**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:
ALICATE DE BICO 8" COM CABO ISOLADO
Quantidade: **5,00** Valor unitário: 32,83 Valor total item: 164,15

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

4

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **72,20** Valor final: **72,20** Valor reajustado: **866,40**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

ALICATE DE PRESSÃO 10" COM CABO ISOLADO

Quantidade: **12,00** Valor unitário: 72,20 Valor total item: 866,40

5

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **63,87** Valor final: **63,87** Valor reajustado: **127,74**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

ALICATE DE BOMBA D'ÁGUA 8"

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 63,87 Valor total item: 127,74

6

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **61,73** Valor final: **61,73** Valor reajustado: **1.234,60**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

ALICATE DE BOMBA D'ÁGUA 12"

Quantidade: **20,00** Valor unitário: 61,73 Valor total item: 1.234,60

7

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **89,95** Valor final: **89,95** Valor reajustado: **179,90**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

ALICATE PARA CRIMPAR

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 89,95 Valor total item: 179,90

8

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **446,04** Valor final: **446,04** Valor reajustado: **892,08**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

ALICATE PARA CRIMPAR TIPO PRENSA

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 446,04 Valor total item: 892,08

9

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **50,66** Valor final: **50,66** Valor reajustado: **101,32**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

ALICATE REBITADOR

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 50,66 Valor total item: 101,32

11

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **44,93** Valor final: **44,93** Valor reajustado: **269,58**

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

CHAVE AJUSTAVEL TIPO INGLESA 12"

Quantidade: **6,00** Valor unitário: 44,93 Valor total item: 269,58

12

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **45,09** Valor final: **45,09** Valor reajustado: **450,90**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

CHAVE AJUSTAVEL TIPO GRIFO 14"

Quantidade: **10,00** Valor unitário: 45,09 Valor total item: 450,90

14

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **186,31** Valor final: **186,31** Valor reajustado: **1.863,10**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

CHAVE AJUSTAVEL TIPO GRIGO 24"

Quantidade: **10,00** Valor unitário: 186,31 Valor total item: 1.863,10

15

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **200,83** Valor final: **200,83** Valor reajustado: **401,66**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

CHAVE AJUSTAVEL TIPO GRIFO 36"

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 200,83 Valor total item: 401,66

17

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **34,35** Valor final: **34,35** Valor reajustado: **171,75**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

TORQUÊS (TURQUESA)

Quantidade: **5,00** Valor unitário: 34,35 Valor total item: 171,75

18

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **72,03** Valor final: **72,03** Valor reajustado: **144,06**

Item: **1** Unidade: **CJT** Marca: Modelo:

CONJUNTO DE BROCA DE VIDEA DE 4 A 14 MM

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 72,03 Valor total item: 144,06

19

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **256,30** Valor final: **256,30** Valor reajustado: **512,60**

Item: **1** Unidade: **CJT** Marca: Modelo:

CONJUNTO DE BROCA PARA FERRO (15 PEÇAS)

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 256,30 Valor total item: 512,60

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

21

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **1.439,44** Valor final: **1.439,44** Valor reajustado: **1.439,44**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

ESCADA EXTENSIVEL DE FIBRA DE VIDRO 10,64 METROS

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 1.439,44 Valor total item: 1.439,44

22

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **106,09** Valor final: **106,09** Valor reajustado: **318,27**

Item: **1** Unidade: **JG** Marca: Modelo:

JOGO DE CHAVE DE FENDA E FHILIPS ISOLAÇÃO 1000V

Quantidade: **3,00** Valor unitário: 106,09 Valor total item: 318,27

23

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **14,49** Valor final: **14,49** Valor reajustado: **28,98**

Item: **1** Unidade: **JG** Marca: Modelo:

JOGO DE CHAVE RELOJOEIRO 5 PEÇAS

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 14,49 Valor total item: 28,98

24

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **45,33** Valor final: **45,33** Valor reajustado: **181,32**

Item: **1** Unidade: **JG** Marca: Modelo:

JOGO DE CHAVE ALLEN 9 PEÇAS

Quantidade: **4,00** Valor unitário: 45,33 Valor total item: 181,32

25

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **52,00** Valor final: **52,00** Valor reajustado: **104,00**

Item: **1** Unidade: **JG** Marca: Modelo:

JOGO DE CHAVE TORX 12 PEÇAS

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 52,00 Valor total item: 104,00

26

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **248,22** Valor final: **248,22** Valor reajustado: **496,44**

Item: **1** Unidade: **JG** Marca: Modelo:

JOGO DE CHAVE DE SOQUETE SEXTAVADOS 21 PEÇAS

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 248,22 Valor total item: 496,44

27

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **243,31** Valor final: **243,31** Valor reajustado: **486,62**

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

Item: **1** Unidade: **JG** Marca: Modelo:

JOGO DE CHAVE COMBINADA 10 PEÇAS

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 243,31 Valor total item: 486,62

28

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **49,46** Valor final: **32,00** Valor reajustado: **480,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

MARTELO UNHA 27MM

Quantidade: **15,00** Valor unitário: 32,00 Valor total item: 480,00

29

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **25,60** Valor final: **25,60** Valor reajustado: **384,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

MARRETA 500G

Quantidade: **15,00** Valor unitário: 25,60 Valor total item: 384,00

30

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **74,52** Valor final: **54,00** Valor reajustado: **810,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

MARRETA 2KG

Quantidade: **15,00** Valor unitário: 54,00 Valor total item: 810,00

31

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **238,18** Valor final: **238,18** Valor reajustado: **476,36**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

MARRETA 10KG

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 238,18 Valor total item: 476,36

32

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **146,49** Valor final: **146,49** Valor reajustado: **732,45**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

MARTELO DE NAYLON

Quantidade: **5,00** Valor unitário: 146,49 Valor total item: 732,45

33

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **160,09** Valor final: **160,09** Valor reajustado: **800,45**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

PAQUIMETRO ESPECIAL

Quantidade: **5,00** Valor unitário: 160,09 Valor total item: 800,45

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

34

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **43,41** Valor final: **43,41** Valor reajustado: **868,20**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

LIMA MANUAL TIPO BASTARDA CHATA 4"

Quantidade: **20,00** Valor unitário: 43,41 Valor total item: 868,20

35

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **43,04** Valor final: **43,04** Valor reajustado: **860,80**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

LIMA MANUAL TIPO GROSA REDONDA 8"

Quantidade: **20,00** Valor unitário: 43,04 Valor total item: 860,80

36

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **71,08** Valor final: **71,08** Valor reajustado: **142,16**

Item: **1** Unidade: **JG** Marca: Modelo:

JOGO SERRA COPO 10 PEÇAS

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 71,08 Valor total item: 142,16

37

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **15,37** Valor final: **15,37** Valor reajustado: **153,70**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

TRENA 5 METROS FITA DE AÇO

Quantidade: **10,00** Valor unitário: 15,37 Valor total item: 153,70

38

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **35,95** Valor final: **35,95** Valor reajustado: **71,90**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

TRENA 50 METROS FITA DE POLIESTER

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 35,95 Valor total item: 71,90

39

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **656,90** Valor final: **656,90** Valor reajustado: **1.313,80**

Item: **1** Unidade: **JG** Marca: Modelo:

JOGO DE VAZADOR COM PONTEIRO CILINDRICO VAZADO 13 PEÇAS

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 656,90 Valor total item: 1.313,80

40

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **22,63** Valor final: **22,63** Valor reajustado: **181,04**

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

DESEMPENADEIRA MANUAL TERMOPLASTICO 29 X 12 CM

Quantidade: **8,00** Valor unitário: 22,63 Valor total item: 181,04

41

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **30,02** Valor final: **30,02** Valor reajustado: **240,16**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

DESEMPENADEIRA MANUAL DE AÇO COM DENTES 25 X 12 CM

Quantidade: **8,00** Valor unitário: 30,02 Valor total item: 240,16

42

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **109,69** Valor final: **109,69** Valor reajustado: **438,76**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

ESQUADRO AÇO INOXIDAVEL 300 X 200 MM

Quantidade: **4,00** Valor unitário: 109,69 Valor total item: 438,76

43

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **27,33** Valor final: **27,33** Valor reajustado: **109,32**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

PRUMO 1KG

Quantidade: **4,00** Valor unitário: 27,33 Valor total item: 109,32

44

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **17,55** Valor final: **17,55** Valor reajustado: **70,20**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

NIVEL BOLHA DE MADEIRA 1200 MM

Quantidade: **4,00** Valor unitário: 17,55 Valor total item: 70,20

45

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **54,61** Valor final: **54,61** Valor reajustado: **546,10**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

COLHER DE PEDREIRO AÇO INOXIDAVEL 175 MM

Quantidade: **10,00** Valor unitário: 54,61 Valor total item: 546,10

46

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **57,73** Valor final: **57,73** Valor reajustado: **577,30**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

COLHER DE PEDREIRO AÇO INOXIDAVEL 230 MM

Quantidade: **10,00** Valor unitário: 57,73 Valor total item: 577,30

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

47

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **33,19** Valor final: **28,00** Valor reajustado: **840,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

PÁ DE BICO 270 MM CABO DE MADEIRA 1,30 M

Quantidade: **30,00** Valor unitário: 28,00 Valor total item: 840,00

48

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **47,06** Valor final: **34,00** Valor reajustado: **1.020,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

PÁ VANGA COM PONTA 71CM

Quantidade: **30,00** Valor unitário: 34,00 Valor total item: 1.020,00

49

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **57,17** Valor final: **47,00** Valor reajustado: **940,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

ENXADA 30 CM CABO DE MADEIRA 180 CM

Quantidade: **20,00** Valor unitário: 47,00 Valor total item: 940,00

50

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **50,16** Valor final: **50,16** Valor reajustado: **501,60**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

ENXADÃO ESTREITO COM CABO DE MADEIRA

Quantidade: **10,00** Valor unitário: 50,16 Valor total item: 501,60

51

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **89,90** Valor final: **50,00** Valor reajustado: **2.000,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

PICARETA TIPO ALVIÃO

Quantidade: **40,00** Valor unitário: 50,00 Valor total item: 2.000,00

52

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **39,54** Valor final: **39,54** Valor reajustado: **316,32**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

PÉ DE CABRA 600 X 110 X 34MM

Quantidade: **8,00** Valor unitário: 39,54 Valor total item: 316,32

58

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **8.882,57** Valor final: **8.882,57** Valor reajustado: **8.882,57**

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

TALHA ELETRICA PARA 2000KG DE 5 METROS

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 8.882,57 Valor total item: 8.882,57

62

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **504,52** Valor final: **497,00** Valor reajustado: **497,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

MORSA DE BANCADA N°8

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 497,00 Valor total item: 497,00

63

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **4.221,38** Valor final: **4.221,37** Valor reajustado: **4.221,37**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

DESENTUPIDOR DE TUBO ELETRICO

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 4.221,37 Valor total item: 4.221,37

66

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **4.255,81** Valor final: **4.255,81** Valor reajustado: **8.511,62**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

BLOQUEADOR TIPO DUPLO CONE INFLÁVEL E MULTIDIMENSIONAL FAIXA DE 100 A 1000MM

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 4.255,81 Valor total item: 8.511,62

67

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **170,12** Valor final: **170,12** Valor reajustado: **340,24**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

ALICATE AMPERIMETRO 9V

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 170,12 Valor total item: 340,24

68

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **370,77** Valor final: **370,77** Valor reajustado: **741,54**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

FERRO DE SOLDA ESTANHO TIPO MACHADINHO

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 370,77 Valor total item: 741,54

69

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **77,98** Valor final: **77,98** Valor reajustado: **155,96**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

ROSQUEADEIRA VIRA MACHO TIPO "T" M6 A M12

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 77,98 Valor total item: 155,96

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

72

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **3.851,67** Valor final: **1.118,00** Valor reajustado: **1.118,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

ROÇADEIRA MANUAL TIPO MOTO PODA A GASOLINA 1,9HP

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 1.118,00 Valor total item: 1.118,00

77

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **74,54** Valor final: **74,54** Valor reajustado: **372,70**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

CHAVE APLICADORA OB 10CM

Quantidade: **5,00** Valor unitário: 74,54 Valor total item: 372,70

78

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **81,42** Valor final: **81,42** Valor reajustado: **407,10**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

CHAVE APLICADORA OB 30CM

Quantidade: **5,00** Valor unitário: 81,42 Valor total item: 407,10

79

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **122,84** Valor final: **122,84** Valor reajustado: **614,20**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

CHAVE APLICADORA OB 90CM

Quantidade: **5,00** Valor unitário: 122,84 Valor total item: 614,20

80

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **20,85** Valor final: **20,85** Valor reajustado: **104,25**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

PISTOLA APLICADORA DE SILICONE

Quantidade: **5,00** Valor unitário: 20,85 Valor total item: 104,25

81

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **148,98** Valor final: **127,00** Valor reajustado: **635,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

TESOURA CORTA VERGALHAO 24 POLEGADAS

Quantidade: **5,00** Valor unitário: 127,00 Valor total item: 635,00

82

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **350,02** Valor final: **350,02** Valor reajustado: **1.050,06**

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

CARRINHO DUAS RODAS TRASPORTE TAMBOR

Quantidade: **3,00** Valor unitário: 350,02 Valor total item: 1.050,06

85

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **345,78** Valor final: **345,78** Valor reajustado: **1.037,34**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

SACA POLIA 3 GARRAS

Quantidade: **3,00** Valor unitário: 345,78 Valor total item: 1.037,34

87

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **426,31** Valor final: **426,31** Valor reajustado: **2.131,55**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

NIVEL DE PRECISÃO A LASER 3 LINHAS

Quantidade: **5,00** Valor unitário: 426,31 Valor total item: 2.131,55

90

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **119,09** Valor final: **119,09** Valor reajustado: **238,18**

Item: **1** Unidade: **JG** Marca: Modelo:

JOGO DE CHAVE ESTRELA 8 PEÇAS

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 119,09 Valor total item: 238,18

91

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **186,64** Valor final: **186,64** Valor reajustado: **373,28**

Item: **1** Unidade: **JG** Marca: Modelo:

JOGO DE CHAVE DE BOCA 18 PEÇAS

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 186,64 Valor total item: 373,28

92

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **40,96** Valor final: **40,96** Valor reajustado: **409,60**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: Modelo:

ANCINHO JARDINAGEM COM CABO (RASTELO DE FERRO)

Quantidade: **10,00** Valor unitário: 40,96 Valor total item: 409,60

FORNECEDOR **FC VARETAS LTDA** CNPJ/CPF: **48058646000156** TOTAL: **10.470,00**

64

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **3.490,00** Valor final: **3.490,00** Valor reajustado: **10.470,00**

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

Item: **1** Unidade: **CJT** Marca: **Própria** Modelo: **Próprio**

CONJUNTO VARETA DESOBSTRUÇÃO DE REDE DE ESGOTO

Quantidade: **3,00** Valor unitário: 3.490,00 Valor total item: 10.470,00

FORNECEDOR **INFANTARIA COMERCIAL** CNPJ/CPF: **20795155000179** TOTAL: **2.625,00**

88

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **175,00** Valor final: **175,00** Valor reajustado: **2.625,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **vonder** Modelo: **vonder**

BOLSA DE FERRAMENTAS LONA IMPERMEAVEL

Quantidade: **15,00** Valor unitário: 175,00 Valor total item: 2.625,00

FORNECEDOR **MADIMBA** CNPJ/CPF: **47759958000124** TOTAL: **13.910,00**

20

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **674,75** Valor final: **610,00** Valor reajustado: **610,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **Novipro** Modelo: **4x3 12 Degraus**

ESCADA EXTENSIVEL DE ALUMINIO 3,82 METROS

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 610,00 Valor total item: 610,00

53

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **1.063,94** Valor final: **810,00** Valor reajustado: **810,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **Thaf** Modelo: **TF8115**

ESMERILHADEIRA POTÁTIL ANGULAR

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 810,00 Valor total item: 810,00

54

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **839,30** Valor final: **750,00** Valor reajustado: **750,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **Worker** Modelo: **Impacto 18v 2**

PARAFUSADEIRA PORTÁTIL ANGULAR

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 750,00 Valor total item: 750,00

55

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **780,18** Valor final: **750,00** Valor reajustado: **750,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **Aztor** Modelo: **Azf720**

FURADEIRA DE IMPACTO A BATERIA

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 750,00 Valor total item: 750,00

56

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **1.595,81** Valor final: **1.100,00** Valor reajustado: **1.100,00**

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **Makita** Modelo: **5007n**

SERRA CIRCULAR 110V

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 1.100,00 Valor total item: 1.100,00

59

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **2.501,17** Valor final: **1.700,00** Valor reajustado: **1.700,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **VONDER** Modelo: **MPV840**

MARTELETE DE IMPACTO DE 6KG

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 1.700,00 Valor total item: 1.700,00

61

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **810,60** Valor final: **590,00** Valor reajustado: **590,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **Pró Euro** Modelo: **GP 200A Bivolt**

MAQUINA DE SOLDA PORTATIL

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 590,00 Valor total item: 590,00

70

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **3.523,87** Valor final: **1.200,00** Valor reajustado: **2.400,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **KNAKASAKI** Modelo: **63cc 3HP Motor 2**

ROÇADEIRA MANUAL A GASOLINA 3HP

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 1.200,00 Valor total item: 2.400,00

75

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **8.171,71** Valor final: **5.200,00** Valor reajustado: **5.200,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **Nagano** Modelo: **" Placa vibratória a**

COMPACTADOR LISO TERRAPLENAGEM VIBRATORIO 5,5HP

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 5.200,00 Valor total item: 5.200,00

FORNECEDOR **REFINAR EMPRESARIAL** CNPJ/CPF: **52386933000162** TOTAL: **33.684,00**

10

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **48,71** Valor final: **40,00** Valor reajustado: **800,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **VONDER** Modelo: **3565000125**

ARCO DE SERRA 12"

Quantidade: **20,00** Valor unitário: 40,00 Valor total item: 800,00

13

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **90,15** Valor final: **85,00** Valor reajustado: **850,00**

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **NOVE 54** Modelo: **3513000318**

CHAVE AJUSTAVEL TIPO GRIFO 18"

Quantidade: **10,00** Valor unitário: 85,00 Valor total item: 850,00

16

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **387,52** Valor final: **348,00** Valor reajustado: **696,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **VONDER** Modelo: **3613048000**

CHAVE AJUSTAVEL TIPO GRIFO 48"

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 348,00 Valor total item: 696,00

57

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **12.432,59** Valor final: **12.400,00** Valor reajustado: **12.400,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **NAGANO** Modelo: **102071027**

ROSQUEADEIRA ELETRICA ROSCA BSPT 1/2 A 4 POLEGADAS

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 12.400,00 Valor total item: 12.400,00

60

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **789,36** Valor final: **480,00** Valor reajustado: **480,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **EOS** Modelo: **EOS**

SERRA MARMORE

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 480,00 Valor total item: 480,00

65

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **2.861,93** Valor final: **1.030,00** Valor reajustado: **1.030,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **Intech** Modelo: **CE325**

COMPRESSOR DE AR PORTATIL 25 LITROS MOTOR 2HP

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 1.030,00 Valor total item: 1.030,00

73

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **10.000,00** Valor final: **10.000,00** Valor reajustado: **10.000,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **Husqvarna** Modelo: **Husqvarna**

MOTOSSERA INDUSTRIAL A GASOLINA 6,8HP

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 10.000,00 Valor total item: 10.000,00

76

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **327,31** Valor final: **200,00** Valor reajustado: **1.000,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **MINASUL** Modelo: **464**

CARRINHO MÃO 60 LITROS

Quantidade: **5,00** Valor unitário: 200,00 Valor total item: 1.000,00

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

83

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **4.137,23** Valor final: **4.130,00** Valor reajustado: **4.130,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **VONDER** Modelo: **6810000200**

GUINCHO HIDRAULICO 2 TONELADAS TIPO GIRAFA

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 4.130,00 Valor total item: 4.130,00

86

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **110,78** Valor final: **100,00** Valor reajustado: **1.500,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **MINASUL** Modelo: **306**

CAVADEIRA ARTICULADA COM CABO

Quantidade: **15,00** Valor unitário: 100,00 Valor total item: 1.500,00

89

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **509,26** Valor final: **399,00** Valor reajustado: **798,00**

Item: **1** Unidade: **JG** Marca: **TRAMONTINA** Modelo: **44720211**

JOGO DE CHAVE BIELA 12 PEÇAS

Quantidade: **2,00** Valor unitário: 399,00 Valor total item: 798,00

FORNECEDOR **STP COMERCIAL LTDA** CNPJ/CPF: **53710803000104** TOTAL: **400,00**

71

Itens do lote: **1** Valor Inicial: **891,27** Valor final: **400,00** Valor reajustado: **400,00**

Item: **1** Unidade: **UND** Marca: **Mootmil / MMi-50BV** Modelo: **Mootmil / MMi-50BV**

MOTO-ESMERIL 1/2CV REBOLO DE 8"

Quantidade: **1,00** Valor unitário: 400,00 Valor total item: 400,00

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D e informe o código E8FA-77E8-F8B8-9C2D

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: E8FA-77E8-F8B8-9C2D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

GABRIEL VALOES SANTOS (CPF 326.XXX.XXX-60) em 31/07/2026 08:22:09 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/E8FA-77E8-F8B8-9C2D

Extrato

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS - SP
AVENIDA CORONEL JOÃO GOMES MARTINS, N° 525 – MARTINÓPOLIS - SP
Fone: (18) 3275-9500 – (18) 3275-9520 – CEP 19500-000
CNPJ: N° 44.855.443/0001-30 – INSCR. EST N° 440.068.996.110

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO N.º 057/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0028/26
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0006/25
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS
CONTRATADA: N M DE OLIVEIRA YAMAGURO - ME
DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência do referido contrato é de 12 (doze) meses, contados de 23/03/2026 à 23/03/2027, portanto o contrato esta vigente.
De acordo com a Cláusula sétima, item 7.2 do contrato administrativo nº 028/2026, o prazo de execução do objeto do Contrato será de 04 (quatro) meses, a contar da data da emissão da Ordem de Início dos Serviços – OIS pelo Departamento Municipal de Obras e Engenharia; sendo a OIS emitida em 31 de março de 2026.
Portanto, o presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução, por mais 30 (trinta) dias, de 31/07/2026 á 31/08/2026, nos termos do art. 111 da Lei 14.133, de 2021, conforme previsto na a Cláusula sétima, itens 7.3 e 7.4 do referido contrato, bem como diante das justificativas apresentadas pela Sra. Drielli Priscilla Nascimento de Souza Vicente, Diretora do Departamento de Meio Ambiente e Gestora do Contrato e , pelo Sr. Vitor Hugo Carneiro Silva, Diretor de Planejamento e Obras e fiscal técnica do contrato, juntamente com parecer jurídico referencial 07/2025 emitido pelos Drs. Álvaro Sampaio Dias Neto e Murilo Delanhese de Oliveira, ambos Procuradores Municipais e autorização do Sr. Gabriel Valões Santos– Prefeito Municipal
DATA DA ASSINATURA: 31/07/2026

Martinópolis/SP, 31 de julho de 2026

_____
GABIEL VALÕES SANTOS
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/6F27-7A7B-A16D-BE03 e informe o código 6F27-7A7B-A16D-BE03

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 6F27-7A7B-A16D-BE03

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

GABRIEL VALOES SANTOS (CPF 326.XXX.XXX-60) em 31/07/2026 16:43:54 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/6F27-7A7B-A16D-BE03

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS - SP
AVENIDA CORONEL JOÃO GOMES MARTINS, N° 525 – MARTINÓPOLIS - SP
Fone: (18) 3275-9500 – (18) 3275-9520 – CEP 19500-000
CNPJ: N° 44.855.443/0001-30 – INSCR. EST N° 440.068.996.110

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO N.º 058/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **129/2025**
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS
CONTRATADA: MARIA DE LOURDES FEIJO SILVA & CIA LTDA
DO PRAZO: O prazo estabelecido nos termos da cláusula quinta do contrato supra, que está vigente nesta, fica prorrogado pelo período correspondente de 12 (doze) meses, de **01/08/2026 à 01/08/2027,** que admite a prorrogação contratual de serviços contínuos, comprovados nos autos do processo os requisitos necessários para a prorrogação contratual previstos na lei e em contrato, bem como diante da justificativa apresentada no Processo Administrativo nº 1.923/2025, pela Sra. Ananda da Silva Coimbra – Assessora Administrativa Educacional e devudamente assinado pela Sra. Larissa Chagas Reginato - Diretor do Departamento Administrativo da Educação, juntamente com o Parecer Jurídico Referencial emitido pelos Drs. Alvaro Sampaio Dias Neto e Murillo Delanhesi de Oliveira – ambos Procuradores da Fazenda Municipal, e Decisão do Prefeito
DO VALOR: O valor estabelecido na clausula segunda, fica reajustada no valor mensal do contrato, onde passará de R$ R$ 9.147,60 (nove mil, cento e quarenta e sete reais e sessenta centavos), para**, R$ 9.454,95 (nove mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)** sendo o valor negociado e aceito pelo **CONTRATADO** pelo percentual de ajuste fixado em 3,36% com base no índice IPC FIPE, tendo como preço por km rodado o valor de **R$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos)**.
DATA DA ASSINATURA: 31/07/2026

Martinópolis/SP, 31 de julho de 2026

_____
GABIEL VALÕES SANTOS
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/0983-2127-4AE3-D1BD e informe o código 0983-2127-4AE3-D1BD

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 0983-2127-4AE3-D1BD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

GABRIEL VALOES SANTOS (CPF 326.XXX.XXX-60) em 31/07/2026 18:31:01 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/0983-2127-4AE3-D1BD

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS - SP
AVENIDA CORONEL JOÃO GOMES MARTINS, N° 525 – MARTINÓPOLIS - SP
Fone: (18) 3275-9500 – (18) 3275-9520 – CEP 19500-000
CNPJ: N° 44.855.443/0001-30 – INSCR. EST N° 440.068.996.110

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO APOSTILAMENTO N.º 049/2026
TERMO ADITIVO N.º 056/2026
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 502/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS
CONTRATADO: ECOPARQUE OESTE PAULISTA LIMITADA,
DA QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA E SEUS REPRESENTANTES: Constitui objeto deste termo de apostilamento a correção da grafia do nome do Sr. LEONARDO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS, Diretor Administrativo Financeiro, e representante legal no Termo Aditivo nº 056/2026 referente ao Contrato Administrativo nº 047/2024. É a presente alteração ainda para retirar a empresa ORIZON MEIO AMBIENTE S.A da descrição de proprietário, de maneira que a qualificação correta fique: **Onde se lê: "ECOPARQUE OESTE PAULISTA LIMITADA**, inscrita no CNPJ sob nº 31.101.999/0001-99, estabelecida na Estrada Municipal RGF – 479, S/N, Complemento Setor Corrego Azul, Bairro São Sebastião, na cidade de Regente Feijó, Estado de São Paulo, CEP 19.570-000, Telefone (18) 3928-8522 Email administrativo@ctrg4.com comercial@ctrg4.com, neste ato representado por sua proprietária ORIZON MEIO AMBIENTE S.A., inscrita no cnpj nº 03.279.285/0001-30, a qual comparece através de seus representantes legais os SRs. LENARDO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS, brasileiro, Diretor Administrativo Financeiro; e MILTON PILÃO JÚNIOR, brasileiro, Diretor Presidente, doravante apenas e simplesmente chamada de **CONTRATADA" - Leia-se: "ECOPARQUE OESTE PAULISTA LIMITADA**, inscrita no CNPJ sob nº 31.101.999/0001-99, estabelecida na Estrada Municipal RGF – 479, S/N, Complemento Setor Corrego Azul, Bairro São Sebastião, na cidade de Regente Feijó, Estado de São Paulo, CEP 19.570-000, Telefone (18) 3928-8522 Email juridico.licitacao@orizonvr.com.br, neste ato representado por seus representantes legais os SRs. **LEONARDO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, Diretor Administrativo Financeiro; e **MILTON PILÃO JÚNIOR**, brasileiro, Diretor Presidente, doravante apenas e simplesmente chamada de **CONTRATADA"**
DATA DA ASSINATURA: 31/07/2026

Martinópolis/SP, 31 de julho de 2026.

_____
GABRIEL VALÕES SANTOS
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL VALOES SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/01B1-178F-2530-8E7C e informe o código 01B1-178F-2530-8E7C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 01B1-178F-2530-8E7C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

GABRIEL VALOES SANTOS (CPF 326.XXX.XXX-60) em 31/07/2026 16:11:51 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://martinopolis.1doc.com.br/verificacao/01B1-178F-2530-8E7C

PODER LEGISLATIVO

Comunicados



Câmara do Município de Martinópolis
ESTADO DE SÃO PAULO
Rua José Maria Sanches, nº 539 – Centro – CEP 19.500-009
(18) 3275-1412 (18) 99714-4597 – e-mail: camara@martinopolis.sp.leg.br

COMUNICADO

LEANDRO DA SILVA VALENTIM, Presidente e. e. da Câmara do Município de Martinópolis, comunica e convida aos interessados e população, a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** no dia **6 de agosto de 2026**, quinta-feira, a partir das **18h00**, com o tema: *"Transtorno do Espectro Autista (TEA): Desafios no Diagnóstico, Inclusão Escolar e a Rede de Assistência no Município", nos termos do Requerimento nº 88/2026, apresentado pelo vereador Alexandre Peres Cangussu.*

A Audiência será realizada no Plenário da Câmara Municipal e será transmitida ao vivo pelos endereços:

Sítios eletrônicos oficiais:

*www.martinopolis.sp.**leg**.br*

Facebook:

www.facebook.com/camaramartinopolis

Participe!

Martinópolis/SP, em 17 de julho de 2026.

LEANDRO DA SILVA VALENTIM
Presidente e. e.